Onze países querem que Bruxelas enfraqueça lei da desflorestação. Portugal é um deles

Reuters e Azul – Público, 26 de maio de 2025

Onze países da União Europeia, incluindo Portugal, estão a pressionar para que seja ainda mais atrasado e enfraquecido o Regulamento Anti-desflorestação da União Europeia (EUDR), que relaciona o comércio internacional com os riscos de desflorestação.

Custos administrativos e aumento dos preços de produtos importados, como a soja ou a carne, foram os argumentos avançados pelo ministro português da Agricultura, José Manuel Fernandes, no Conselho de Ministros da Agricultura, nesta segunda-feira, em Bruxelas.

"É importante ter avaliações de impacto das medidas, e dos custos que os consumidores terão de pagar", afirmou o ministro.

Este regulamento, aprovado em 2023, impõe obrigações de diligência devida às empresas que colocam no mercado da União Europeia produtos como a soja, a carne de bovino, o óleo de palma, a madeira, o cacau, o café e o chocolate, para provar que a sua produção não contribuiu para a desflorestação.

Trata-se do primeiro regulamento no mundo a pretender relacionar os 10% de risco mundial de desflorestação e degradação das florestas fomentado pelo consumo no bloco europeu de soja, carne de bovino, óleo de palma e outros produtos importados. Mas tornou-se uma parte politicamente contestada da agenda ecológica da Europa.

"Os requisitos impostos aos agricultores e silvicultores continuam a ser elevados, se não mesmo impossíveis de aplicar. São desproporcionados em relação ao objectivo do regulamento", afirmaram estes onze países, liderados pela Áustria e pelo Luxemburgo, num documento que os ministros da Agricultura da União Europeia debateram em Bruxelas esta segunda-feira. (…)

Este grupo de 11 países, liderado pela Áustria e pelo Luxemburgo, exigiu que a Comissão Europeia simplificasse ainda mais as regras e insistiu em adiar novamente a data de aplicação. O primeiro adiamento, em Novembro de 2024, estipulou que esta legislação europeia só será aplicável a partir do final de 2025, no caso das grandes empresas, e a partir de Junho de 2026, para as pequenas empresas. O incumprimento poderá resultar em multas que podem igualar 4% do volume de negócios de uma empresa num país da União Europeia.

"Apesar de os ministros da Agricultura se estarem a esconder atrás do conto de fadas que diz que a Europa é novo Jardim do Éden, sejamos claros: apesar de apresentadas como um esforço para aliviar os custos administrativos, estas propostas são na verdade uma tentativa deliberada de desmantelar uma das leis ambientais mais importantes da União Europeia, baseando-se em suposições prematuras e incompletas acerca dos seus impactos", declarou Anke Schulmeister-Oldenhove, porta-voz do Fundo Mundial para a Protecção da Natureza (WWF) na Europa para a política de florestas, citada num comunicado de imprensa a que o Azul teve acesso.

"Ainda há poucos meses os Estados-membros confirmaram a substância da lei. Agora, alguns ministros da Agricultura parecem estar determinados em reescrevê-la", completou Anke Schulmeister-Oldenhove.

A partir de Dezembro, a União Europeia exigirá que os operadores que põem no mercado europeu soja, carne de bovino, óleo de palma, cacau, café e outros produtos apresentem declarações de

diligência devida, que provem que os produtos não alimentaram a desflorestação. Estes requisitos aplicar-se-ão também às exportações europeias, o que deixa os países terceiros preocupados com o impacto nas suas próprias indústrias. (…)

Num acto jurídico publicado pela Comissão Europeia na semana passada, países como o Brasil e a Indonésia, que historicamente têm tido as taxas de desflorestação mais elevadas do mundo, serão rotulados como tendo um “risco normal”, o que significa que os produtos agrícolas exportados para a Europa serão sujeitos a controlos de conformidade mais ligeiros. Só as mercadorias provenientes de quatro países – Bielorrússia, Birmânia, Coreia do Norte e Rússia – serão sujeitas aos controlos mais rigorosos.

“Numa altura em que as perdas nas florestas tropicais aumentaram 80%, entre 2023 e 2024, e os incêndios florestais estão a acelerar em todo o planeta, este não é o momento para andar para trás, boicotando o objectivo do Regulamento Anti-desflorestação da União Europeia”, diz ainda o comunicado da WWF.

Um porta-voz da Comissão Europeia não respondeu no imediato a um pedido de comentário da Reuters.

https://www.publico.pt/2025/05/26/azul/noticia/onze-paises-querem-bruxelas-enfraqueca-lei-desflorestacao-portugal-2134377